

Navio-prisão, uma sombra sobre a Baixada que não deve ser esquecida

MEMÓRIA. A jornalista e advogada Lídia Maria de Melo, autora do livro 'Raul Soares, Um Navio Tatuado em Nós', relembra o martírio

Ato registra história tenebrosa que marcou Santos na ditadura

» Hoje, às 18h30, no ponto de embarque das barcas para Vicente de Carvalho, atrás da antiga Alfândega, no Centro de Santos, será realizado, pelo Comitê Popular de Santos por Memória, Verdade e Justiça, o VII Sítio de Consciência Raul Soares Nunca Mais!

O navio-prisão é considerado uma sombra que paira sobre a Baixada Santista até hoje e que não deve ser esquecida. Nele, lideranças sindicais foram presas e torturadas em 1964, após golpe cívico-militar que gerou uma ditadura que durou 21 anos no País.

E para lembrar as agruras sofridas dentro e fora da embarcação, o *Diário* conversou com a jornalista, advogada e professora Universitária, Lídia Maria de Melo, autora do livro 'Raul Soares, Um Navio Tatuado em Nós' — uma referência na literatura sobre o tema.

Na inocência de sua infância, Lídia, junto com sua mãe, Mercedes Gomes de Sá e duas irmãs (uma recém-nascida), acompanhou o sofrimento de seu pai, Iradil Santos Melo, preso por ser diretor do então Sindicato dos Operários Portuários.

"Meu pai foi preso no dia do golpe. Ele passou a noite anterior no sindicato porque já sabia que existia uma movimentação. Estava meu pai e mais cinco diretores. O presidente do sindicato e de demais entidades sindicais se esconderam preventivamente. Cerca de 200 policiais e militares cercaram o sindicato que, à época, representava mais de 10 mil trabalhadores, um dos mais fortes de Santos", lembra Lídia.

A jornalista revela que seu pai foi levado primeiramente à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), depois incorporado ao Departamento de Ordem Política e Social (que manteve a sigla), permanecendo no local por 18 dias porque o navio-prisão ainda não havia chegado.

Ela conta que muita gente foi presa depois. Após ser liberado, Iradil, então com apenas 34 anos, voltou ao trabalho nas Docas. Diretorias dos sindicatos foram destituídas e nomeados interventores. Após abertu-



Lídia Maria, no destaque, revela as agruras sofridas pelos presos no navio-prisão Raul Soares, durante parte da Ditadura no Brasil

ra de inquérito civil-militar, ele começou a ser chamado sistematicamente para prestar depoimentos. Queriam que ele confirmasse teses pré-estabelecidas e detalhasse companheiros, principalmente ligados ao partido comunista O que ele não fez.

"Disseram o seguinte: já que você não quer colaborar, vai para o Raul Soares, o que acabou ocorrendo em agosto de 1964. Era para ele ficar 30 dias, mas as prisões eram renovadas. Meu pai saiu, era conduzido à Capitania dos Portos e, no mesmo dia, voltava. Ele foi demitido das Docas quando ainda estava

“Disseram o seguinte: já que você não quer colaborar, vai para o Raul Soares, o que acabou ocorrendo em agosto de 1964”, revela Lídia sobre a prisão do pai

preso sem nenhuma acusação ou processo. As últimas pessoas só saíram do Raul Soares em 23 de outubro. O navio-prisão chegou 24 de abril e 2 de novembro foi levado para o Rio de Janeiro", lembra.

TORTURA.

Lídia afirma que, no fim dos anos 90 e começo dos anos 2000, uma comissão estudou a situação dos presos no Raul Soares, ouviu relatos e, num relatório, ficou claro que houve torturas psicológicas e físicas na embarcação.

Uma delas era a colocação de presos em ambientes

extremamente frios e quentes, sequencialmente, além de submetê-los a ambientes alagados, apartados, insalubres e sanitariamente condenáveis. Para a professora, as famílias dos presos também passaram pelo calvário fora e dentro do navio.

"Minha mãe, aos 26 anos, teve que trabalhar muito para garantir o sustento da família. As visitas ao meu pai eram sob a presença de homens armados. Uma vez tive que ir ao banheiro dentro do navio e o lugar era imundo, sem condições de uso. Minha tia fez de tudo para que eu não tivesse contato com

nada", lembra.

Lídia continua: "eu era criança e já sentia a pressão, a humilhação de subir as escadas do navio, de sair, e ver homens embaixo olhando, entre outras coisas. Até hoje tenho traumas de embarcações. Fora de casa, minha mãe, por segurança, nos instruiu a não comentar nada. Minha irmã mais velha desenvolveu uma doença e faleceu. Minha mãe teve que lidar com tudo isso. Quando, na escola, perguntavam a profissão de meu pai, nós dizíamos: ele trabalha por conta própria".

ANISTIA.

Lídia Maria lembra que, mesmo com a anistia, seu pai só foi readmitido após ingressar na Justiça. Mesmo assim, a reparação promovida pelo Governo nunca ocorreu de forma justa. "Cada vez que entrava um novo auditor, os pagamentos eram suspensos e meu pai tinha que recorrer à Justiça. Meu pai faleceu em dezembro de 1999. Minha mãe passou a receber a pensão, mas até hoje o imposto de renda cobrado indevidamente nunca foi devolvido. Minha mãe faleceu em 2021", lamenta.

BOLSONARO.

A jornalista e advogada não consegue entender como brasileiros conseguem negar que a Ditadura Brasileira causou traumas e sofrimento para milhares de pessoas. Quando ela viu Jair Bolsonaro homenageando Carlos Alberto Brilhante Ustra — declarado torturador pela Justiça — no impeachment da presidente Dilma Rousseff, não acreditou.

"Veio a redemocratização, acreditávamos que nunca mais um governo autoritário voltaria, mas a ameaça chegou. Nosso erro foi não punir os militares e civis que mantiveram a Ditadura, como ocorreu na Argentina e Chile, por exemplo. Milhares de intelectuais, artistas, estudantes e trabalhadores foram presos, exilados e até mortos apenas por pensar diferente. Precisamos manter a história viva, nas escolas, para que isso nunca mais volte, nunca mais se repita", conclui Lídia Maria. (Carlos Rattton)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3